

A Defesa nacional na balança da Imprensa americana

Mário Mesquita*

Os temas da política de defesa e segurança nacional ocupam a Imprensa escrita e audiovisual nos Estados Unidos da América. Segredos de Estado, fugas de informação, tratamento noticioso do terrorismo constituem o pão-nosso-de-cada-dia da polémica, quase permanente, que envolve políticos e militares, juristas, diplomatas e jornalistas.

A «bolsa» dos segredos de Estado, por exemplo, tem as suas regras, valores e cotações. Há segredos e segredos; segredos obrigados a permanecer secretos e segredos predestinados à transfiguração em notícia. Não é fácil traçar a fronteira que separa os segredos-segredos dos segredos negociáveis no mercado das informações.

Os segredos transformam-se na matéria-prima ideal para fabricar o noticiário, quando isso convém aos políticos, nomeadamente à burocracia (civil e militar) da defesa. O método utilizado para trazer os segredos de ontem às páginas dos jornais de hoje chama-se fuga de informações. Consoante as circunstâncias, as fugas são instrumento dos governos ou das oposições, dos poderes ou dos contra-poderes; nuns casos são toleradas ou, mesmo, incentivadas, noutros são reprimidas e os seus autores submetidos aos detectores de mentiras, castigados ou demitidos.

Na perspectiva do jornalismo, as fugas de informação representam a *servidão necessária*. Garantem o acesso a dados que, de outro modo, seriam inacessíveis, mas acarretam o risco de manipulação dos *media*, através do semi-anonimato das *fontes não identificadas*.

A estratégia do terrorismo organizado, em relação à Imprensa, coloca novos problemas aos *gatekeepers* dos *media* e da segurança nacional. A comunicação social não deve, nem quer, ser cúmplice da actividade terrorista, mas também não aceita que o terrorismo seja utilizado para conferir legitimidade a pressões indevidas sobre o jornalismo e os jornalistas.

Em democracia política, a definição do interesse nacional não emana, apenas, da lei e dos centros de decisão política ou da burocracia da defesa e da segurança. Envolve

* Jornalista e docente de Comunicação Social. Membro do Conselho de Comunicação Social.

toda a comunidade. Num país como os Estados Unidos, o Presidente e a Administração não têm poderes para proibir a publicação de notícias consideradas prejudiciais na perspectiva da segurança. Os responsáveis pelos *media* dispõem da sua área de decisão específica. Correm os seus riscos. Em caso de dúvida, decidem, em última instância, os tribunais, mas, antes de se chegar a situações-limite, funciona, nos bastidores ou à vista desarmada, o jogo de influências e pressões com vista a condicionar a acção da Imprensa. O texto abaixo refere-se, fundamentalmente, aos debates sobre jornalismo e segurança nacional que tiveram lugar nos Estados Unidos, de Janeiro a Maio do ano corrente. Devido à sua extensão, só foi possível publicá-lo parcialmente no semanário *Expresso* (edição de 12 de Julho de 1986), sob o título «O Ataque ao Jornalismo na América de Reagan». Agradecemos à revista *Estratégia* a possibilidade que nos proporcionou de divulgá-lo na íntegra e devidamente anotado (o que seria incompatível com a metodologia própria da imprensa de grande expansão). Chama-se a atenção para a circunstância de serem inéditos os capítulos intitulados «Crise tem nome de ilha» (acerca da invasão de Granada e do respectivo tratamento informativo) e «Do jornalista *popular* ao jornalista de *élite*» (sobre a situação do jornalismo, enquanto profissão, e a formação dos jornalistas). As conclusões finais foram reformuladas e desenvolvidas.

«Leaks constituted policy: they were the authentic voice of the government»

Alexander Haig

Serão os *media* americanos perigosamente anti-americanos? Serão as empresas jornalísticas dos EUA governadas por uma *élite* insensível aos interesses nacionais? Será que a concorrência no mercado e a lógica do *show-business* prevalecem sobre os valores éticos e os princípios deontológicos?

Será que os *media* representam, na sociedade americana, o anti-sistema? Serão marginais? Estarão enfeudados à minoria elitista dos intelectuais de esquerda? Praticam o negativismo sistemático em relação ao Governo e às instituições do seu país?

Esta breve listagem de interrogações não é isenta, nem inocente. Corresponde aos principais tópicos do ataque ao jornalismo conduzido pelos sectores conservadores e neo-conservadores dos EUA. Governantes e funcionários públicos, políticos e homens de negócios, estrategistas, universitários e especialistas de relações públicas convergem nessa ofensiva anti-*media*. A acreditarmos na sua versão, é o amor à América, restituída por Reagan à suposta pureza originária, que os leva a odiar a Imprensa.

O Presidente aposta forte na sua popularidade. Apela directamente à opinião pública, apesar dos *media* ou, se necessário, contra os *media*. As pressões da Administração multiplicam-se em duas áreas: pressões sobre as empresas jornalísticas, os seus administradores e directores, as redacções e os jornalistas; pressões sobre os funcionários dos próprios departamentos governamentais, a fim de evitar fugas de informação indesejáveis e não autorizadas.

Diversos pequenos e médios incidentes, ocorridos desde Fevereiro a Maio do ano corrente, envolveram as principais personagens políticas, jornais e estações de televisão.

Ronald Reagan, presidente dos EUA, telefonou a Katharine Graham, presidente do Conselho de Administração do *Washington Post*, a fim de lhe pedir que não publicasse informações classificadas respeitantes ao caso do espião Ronald W. Pelton¹.

William Casey, director da CIA, ameaçou processar o *Washington Post* e a *Newsweek* por terem divulgado informações secretas relacionadas com o ataque e bombardeamento da Líbia, ao mesmo tempo que criticava o *New York Times*, o *Washington Times* e a *Time*, por terem dado guarida a notícias, que não identificou, consideradas prejudiciais em termos de segurança nacional.²

Casey solicitou, também, ao Departamento de Justiça que procedesse a um inquérito preliminar acerca dos noticiários da cadeia de televisão NBC sobre o julgamento de Pelton³.

Robert Oakley, responsável pela secção de combate ao terrorismo no Departamento de Estado, acusou a NBC de «*cumplicidade*» perante o terrorismo, por ter difundido uma entrevista com Mohammed Abul Abbas, dirigente da Frente de Libertação da Palestina, procurado por actividades terroristas pelas polícias de três países: Estados Unidos, Israel e Itália⁴.

Patrick J. Buchannan, director de comunicações da Casa Branca, protestou junto dos responsáveis pelo telejornal da ABC contra a emissão de uma entrevista de oito minutos com o jornalista Vladimir Posner, da Rádio Moscovo, após um discurso do presidente Reagan sobre temas de defesa nacional e desarmamento⁵.

Michael E. Pillsbury foi afastado do cargo de assistente do subsecretário de Estado da Defesa. Motivo (não oficial): recaiu sobre Pillsbury a suspeita de ter revelado ao *Washington Post* o fornecimento de mísseis americanos à Unita e aos «rebeldes» do Afeganistão⁶.

Spencer C. Warren, *speech-writer* do Departamento de Estado, seria também

despedido, por ordem de George Shultz. Causa do despedimento (desta vez assumida pelo Governo): divulgara ao *Washington Times* o conteúdo de um telegrama confidencial do embaixador dos EUA na Argentina. O diplomata Frank V. Ortiz criticava, nessa comunicação, o comportamento político do líder democrata no Congresso, Thomas O'Neill Jr., durante uma visita a Buenos Aires. O'Neill era acusado de aconselhar os políticos argentinos a condenarem a linha de orientação de Reagan no que respeita à Nicarágua⁷.

A Administração não poupa esforços para «manter os segredos secretos». Vai a ponto de submeter os funcionários a «detectores de mentiras», a fim de determinar quais os responsáveis pelas fugas de informação⁸.

Acerca destes casos, a propósito da situação actual do jornalismo americano, sobre os problemas da segurança nacional e os seus reflexos na área da Comunicação Social, entrevistámos, em Nova Iorque, Warren Hogge, responsável pelo noticiário internacional do *New York Times*; John Darnton, número dois do departamento internacional do mesmo jornal; Spencer Klaw, director da *Columbia Journalism Review*; Bernard Lefkowitz, docente da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Columbia; e Enid Schoetle, especialista de segurança nacional e política externa.

Diálogo versus negociação

O telefonema do presidente Reagan a Katharine Graham constituiu um gesto dialogante, ou representou, pelo contrário, uma forma de pressão inadmissível do poder político sobre jornal em causa?

«A nossa segurança nacional é, também, a defesa dos processos democráticos. Defendemos, apaixonadamente, o direito do *Washington Post* a não ter que negociar com o Governo americano as notícias que publica», disse-nos Enid Schoetle, especialista em temas de segurança nacional, ligada a uma importante instituição privada norte-americana.

Schoetle considera natural e positivo que os jornalistas oiçam o ponto de vista governamental em matérias susceptíveis de envolver riscos no domínio da segurança, mas ressalva que os *media* não são obrigados a «negociar» as notícias que publicam ou rejeitam.

Nesta polémica, a terminologia não é questão menor. Por exemplo: os homens da Casa Branca falaram, desde o início, em «negociações»; os jornalistas do *Post* sempre preferiram dizer «contactos».

No caso da conversa entre Reagan e a presidente do Conselho de Administração do *Post*, é importante notar – segundo Enid Schoetle – que o diálogo se processou independentemente de afinidades partidárias, pois são conhecidas as simpatias democráticas de Katharine Graham. «Não se tratou de uma negociação», acentuou.

Katharine Graham explicou que o Presidente lhe pediu, no dia 10 de Maio, que não publicasse um artigo, em preparação, sobre as «revelações» feitas aos soviéticos pelo funcionário norte-americano Robert Pelton⁹. Admite-se que a Administração tenha tomado conhecimento da existência do artigo quando os repórteres tentaram obter declarações de funcionários dos departamentos governamentais sobre as matérias em causa.

Graham disse que Ronald Reagan se limitara a sublinhar que tinha conhecimento das conversações em curso e que apoiava, com firmeza, as pessoas que falaram, em nome da Administração, com o *Washington Post*. O Presidente confirmou que a Administração encarava a hipótese de incriminar o *Post* se o artigo chegasse a ser publicado, acrescentou. No entanto, Katharine Graham classificou a conversa como «muito civilizada»¹⁰.

A Administração manifestou-se preocupada, sobretudo, com as informações de Pelton, antigo funcionário da National Security Agency, acerca de um projecto de escutas nos portos soviéticos, que seria posto em prática por submarinos americanos.

No debate público ocorrido, antes da publicação do texto, os porta-vozes (oficiais ou oficiosos) da Administração Reagan alegavam que não estava em causa a liberdade de informar os americanos, mas sim a liberdade de informar os russos. Do lado da Imprensa replicava-se que mal se compreendia qual o problema em revelar aos russos o que os russos já sabiam, porque Pelton lhes teria dito. Na perspectiva da CIA, porém, a publicação das informações funcionaria, para os soviéticos, como a respectiva confirmação.

Em todo o caso, o artigo do *Washington Post*, da autoria de Bob Woodward e Patrick Taylor, veio a ser publicado, mas com alterações. Omitiram-se pormenores técnicos do projecto. Não se mencionou o nome de código da operação.

O próprio artigo continha a justificação das supressões. Nele se dizia, nomeadamente, que o *Post* adoptara esse procedimento porque não possuía dados suficientes para avaliar se eram válidas as objecções levantadas em termos de segurança nacional.

Benjamin C. Bradlee, director (*executive editor*) do jornal, esclareceu que foram cortados «dois ou três parágrafos», onde se descrevia o aparelho destinado a interceptar as comunicações. Interrogado sobre a reacção dos «seus» jornalistas,

Bradlee limitou-se a comentar que «alguns ficaram decepcionados, mas outros concordaram»¹¹.

Bob Woodward, co-autor do artigo, afirmou que nem todo o material informativo recolhido ao longo da investigação foi utilizado pelo jornal. Os jornalistas nunca pensaram sequer em publicar determinados pormenores, «devido à sua delicadeza em termos de segurança»¹², precisou.

Katharine Graham, por seu turno, manifestou a opinião de que as alterações introduzi das «não afectaram o valor do artigo»¹³.

O *Post* revelou aos seus leitores que o telefonema de Reagan, efectuado a pedido de William Casey, foi precedido de diversos contactos dos seus directores e jornalistas com funcionários superiores da Administração¹⁴.

Os jornalistas fizeram questão de acentuar que as reuniões decorreram sempre em lugar neutro – isto é, nem nos departamentos governamentais, nem na sede do *Washington Post*¹⁵.

Fronteiras da ética jornalística

Katharine Graham, Benjamin C. Bradlee e Bob Woodward já são, cada qual a seu modo, figuras legendárias do jornalismo norte-americano.

Katharine Graham é a principal responsável pela renovação do *Washington Post*, a meados da década de sessenta, quando assumiu a responsabilidade pelos destinos da empresa, após o suicídio do seu marido Phil Graham. Ninguém esperava, em Washington, que a tímida filha de Edward Meyer (proprietário do jornal), mais tarde discreta mulher de Graham, viesse a estar na origem do impulso que conferiu ao *Washington Post* o seu extraordinário, quase mitológico, prestígio nacional e internacional¹⁶.

Kay Graham, como é conhecida nos meios políticos e jornalísticos, correu o risco de publicar os célebres Documentos do Pentágono, que foram de importância decisiva para o debate sobre a intervenção americana no Vietname, apesar das reservas dos advogados e das suas próprias dúvidas¹⁷.

Benjamin C. Bradley «tomou-se, se não no director de jornal mais proeminente do mundo, certamente no mais celebrado», depois do caso Watergate e do filme *Os Homens do Presidente*, que o retrata de forma positiva – isto para recorrermos às palavras de David Halberstam¹⁸, que foi, por sua vez, o mais célebre correspondente de guerra americano no Vietname. Bradley assumiu, em nome do *Washington Post*, a

decisão de publicar a investigação sobre o escândalo de Watergate, que levaria à demissão de Nixon da Presidência dos Estados Unidos da América.¹⁹

Bob Woodward foi co-autor, com Carl Bernstein, da reportagem do Watergate. A personagem de Woodward correu mundo, com o rosto do actor Robert Redford, através do filme, já referido, de Alan Pakula.

Isto significa que as principais figuras, a nível da Imprensa, deste cinzento, apagado e desagradável «caso Pelton» são as mesmas da mitologia gloriosa do jornalismo investigativo, consubstanciado no caso Watergate.

Nem Graham, nem Bradlee ou Woodward são presas fáceis das pressões do Governo, mas é lógico que se pergunte: até onde são aceitáveis, sob o ponto de vista da ética jornalística, esses contactos entre a Administração e os jornais, entre jornalistas, burocratas e polícias? Não se correrá o risco de diluir a fronteira entre a informação e as informações?

Confrontámos com esta questão John Darnton, número dois da secção de noticiário internacional do *New York Times* e, até há pouco, correspondente em Madrid do seu jornal.

Para Darnton, em matéria de contactos entre funcionários do Governo e jornalistas, o princípio deve ser «o menos possível». Não deviam ser os directores a tratar directamente com os membros do Governo, em sua opinião.

«É preferível que sejam os repórteres a fazer esses contactos, mas devem evitar tornar-se amigos ou dependentes desses funcionários», acrescentou.

Recordámos a John Darnton um caso histórico relatado por Harrison Salisbury, outro jornalista famoso do *New York Times*. Salisbury conta o que se passou nos bastidores de uma reportagem sobre as actividades da CIA, efectuada pelos correspondentes no estrangeiro do seu jornal.²⁰

O inquérito iniciou-se a 4 de Setembro de 1965 e o texto só veio a lume em Abril do ano seguinte. Ao longo da sua preparação, multiplicaram-se as pressões, com vista a evitar a sua publicação. O «borrão» veio a ser discretamente submetido, antes da publicação, à crítica de funcionários da própria CIA. Não se pode falar de censura, segundo Salisbury, que descreve em pormenor as críticas da CIA e especifica as raras objecções acolhidas pelos jornalistas.

John Darnton não se quis pronunciar sobre este caso que não viveu, dado que pertence a outra época, mas declarou-nos que, por via de regra, o *New York Times* «não submete os seus textos à leitura prévia de ninguém, seja na fase de rascunho,

seja na versão definitiva».

A questão é esta: onde passa verdadeiramente a linha de demarcação entre a informação/ comunicação social e as informações/ serviços estatais?

«Os jornalistas acreditados em Washington, pelo menos a maior parte deles, não gostam de pensar em si próprios como fontes informativas para a Administração», disse-nos Bernard Lefkowitz, professor na Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia.

Lefkowitz, antigo jornalista do *New York Post*, considera, no entanto, que os jornalistas participam em «demasiados pequenos-almoços e reuniões onde se trocam informações por informações». Mas, naturalmente, sublinha, «tudo depende do jornalista». A situação, em seu entender, é «contraditória». Os jornalistas «detestam sentir que estão a dar informações às autoridades, mas, por outro lado, houve grandes jornalistas americanos que construíram a sua reputação devido ao excelente material informativo que forneceram ao Governo», acrescentou.

«Pior do que a situação dos repórteres sediados em Washington é a dos correspondentes estrangeiros», opina o nosso interlocutor. Fora do seu país, os jornalistas estão mais isolados e a tendência é para estreitarem relações com os representantes do seu país.

Salisbury, no depoimento já citado, descreve, com particular felicidade, a fluidez da separação entre vários mundos contíguos, sobrepostos, por vezes promíscuos:

«O mundo dos correspondentes estrangeiros, diplomatas e agentes dos serviços secretos é restrito. Negoceiam com bens da mesma natureza, deslocam-se de capital em capital, frequentam os mesmos bares, vão aos mesmos *cocktails*, têm os mesmos interesses. Conhecem-se uns aos outros. Falam das suas tarefas profissionais quando estão juntos. Nem sempre o correspondente sabe se o diplomata que encontrou em Paris, Bangkok e Istambul pertence aos serviços de informações, nem o diplomata sabe se o correspondente está ligado às informações. Mas todos eles conhecem pessoas que estão nos serviços de informações e são diplomatas ou correspondentes».²¹

Esta ambiguidade não é exclusiva dos correspondentes estrangeiros, mas inerente ao próprio estatuto do jornalista nas sociedades ocidentais: apresenta-se como observador situado fora do *establishment*, mas, afinal, também faz parte dele. Nessa contradição reside o fascínio dessa profissão cujo exercício tantas vezes oscila entre os limites do romantismo e do mercenarismo.

As fugas de informação são oxigénio do jornalismo

Governar pressupõe, é sabido, gerir eficazmente as informações, mas, no caso da Administração Reagan, controlar as fugas de informação transformou-se quase numa verdadeira obsessão. Às pressões sobre os *media*, junta-se a «marcação cerrada» aos funcionários governamentais. Nada disso resolve o problema das fugas, que têm continuado a multiplicar-se em áreas tão sensíveis como a política externa e a defesa, apesar dos detectores de mentiras e das sucessivas ameaças de processar os jornais.

No jornalismo dos EUA, as fugas de informação não constituem a excepção, mas a regra, o método normal de actuação. Todos os nossos entrevistados convergem neste ponto: «As fugas de informação são o oxigénio do jornalismo, especialmente quando se trata de cobrir o Governo e a Administração», disse-nos John Damton, na sede do *New York Times*.

As fugas nunca são inocentes. Visam, quase sempre, destruir, atingir ou promover determinada orientação, personalidade ou departamento. A tradicional rivalidade entre o Departamento de Estado e o Departamento da Defesa exprime-se, frequentemente, por essa via. As polémicas que os dirigentes políticos nem sempre podem ou querem assumir transferem-se para o domínio público através das fontes não identificadas dos jornais.

Spencer Klaw, director da *Columbia Journalism Review*²² explica como se processa o tráfego das informações nos bastidores da política e do jornalismo. Por exemplo: o Departamento de Estado discorda de um relatório do Departamento de Defesa sobre a América Central. Pretende manifestar publicamente a divergência, sem envolver directamente o Secretário de Estado. Recorre, então, à fuga de informação, com o objectivo de dar a entender que a análise do Departamento de Defesa não é a posição do Governo, no seu conjunto.

Klaw considera que, «ao transmitirem essa posição, os jornalistas estão a cumprir o seu dever», mas ressalva que «a Imprensa, quando não pode identificar a fonte, deve dizer algo acerca dela que mostre a existência de uma forte motivação política para fazer revelações aos jornais».

Essa possibilidade de não identificação das fontes tem sido um dos temas controversos do jornalismo americano. O «privilégio» de omitir a fonte converte-se, aos olhos de certos analistas, na principal fragilidade do método jornalístico de aproximação à realidade²³. Os promotores das fugas de informação são sempre politicamente interessados, mas não há outro modo de proceder sem «secar» a fonte.

É razoável presumir que o célebre «Garganta Funda», do caso Watergate, fosse um acérrimo adversário de Nixon. Mas seria inaceitável pôr em causa, a partir dessa dedução, todo o trabalho investigativo do *Washington Post*.

Bernard Lefkowitz disse-nos, a este propósito, que «o Governo, quando fala em fugas de informação, refere-se apenas àquelas de que não gosta», porque todos os jornalistas que já «cobriram» Washington sabem que é esse o sistema habitual.

Lefkowitz confessa que, como jornalista, recorreu às fontes não identificadas, procurando situá-las, mas reconhece que há, nessa metodologia, certo grau de irresponsabilidade, porque «ninguém deve ter direito a um *freeticket*», ou seja a «aplicar determinada política sem a assumir publicamente».

O problema, na perspectiva da Administração, consiste em orientar e disciplinar as fugas de informação, mas a proliferação das fugas tem origem na própria estrutura administrativa ligada à segurança nacional e à política externa. «Há cada vez mais pessoas que mudam quando chega uma nova administração», diz-nos Enid Schoetle. Na sua perspectiva, fugas de informação e partidarização da estrutura administrativa do Estado são duas faces da mesma moeda. Nas últimas duas décadas a situação agravou-se, porque «há cada vez mais pessoas identificadas com a nova Administração, seja no Departamento de Defesa, no Departamento de Estado ou no Conselho Nacional de Segurança». Ora, esses quadros intermédios «têm um papel político a desempenhar e não se limitam à função tradicional dos funcionários públicos».

As fugas de informação aumentaram à medida que se intensificou a competição política no interior da Administração, mas também – acrescenta Schoetle – porque a luta entre o Executivo e o Congresso se tornou mais viva. Além disso, os centros do poder multiplicam-se, no Congresso, através das comissões e sub-comissões. Todo este ambiente contribuiu para empolar a luta pelas informações.

A par destas motivações relativas à vida interna da Administração e do Congresso, Enid Schoetle refere outras especificamente jornalísticas: «A Imprensa americana revela, após o Vietname, um grande cepticismo em matéria de defesa nacional». Em síntese, conclui Schoetle: «Há mais pessoas a responder às perguntas; há mais determinação por parte de quem pergunta e o resultado são mais fugas de informação que incidem sobre um número mais elevado de temas».

A estas razões acrescem as que se ligam especificamente à Administração Reagan. As fugas de informação foram o «isco» com que esta Administração, nos seus primeiros anos, chamou a si muitos jornalistas que lhe eram, à partida, hostis, segundo

a análise do ex-Secretário de Estado Alexander Haig. Nas suas memórias, Haig comparou a hostilidade dos *media* em relação a Reagan, no início do seu primeiro mandato, à que a Imprensa nutria por Franklin Delano Roosevelt, nos anos trinta. A resposta dos homens do Presidente Reagan passou pelo milagre da multiplicação das fugas. Alexander Haig conta:

«O Governo é a grande fábrica de informações. Tendo isso presente, os homens de Reagan usaram o seu poder oculto. Abriram as portas aos jornalistas de um modo até então desconhecido em Washington. Disseram-lhes, literalmente, tudo. Pela primeira vez, que haja memória, podia acreditar-se em quase tudo o que se lia. Para a Imprensa, sempre trabalhando sob suspeita e desconfiança, era um sonho que se tomava realidade. Nunca tivera fontes como estas. E, evidentemente, não podia arriscar-se a perder essas fontes, irritando-as, pelo que escrevia o que lhe era transmitido».²⁴

Este período de idílio com a Imprensa já passou à história. A operação portas abertas comportava os seus riscos. Mas importa reter que o depoimento de Haig aponta no mesmo sentido das declarações que nos prestou Bernard Lefkowitz: «Casey pode criticar a Imprensa por estar a ultrapassar o seu papel em matéria de política externa, ao publicar matérias classificadas, mas a minha opinião é que o problema nos Estados Unidos se coloca precisamente ao contrário. Ou seja, o mais grave é a tendência dos jornalistas para fazerem os amigos mais úteis e para conservarem as fontes. Assumir um ponto de vista de oposição, criticar de forma incisiva o poder pode acarretar más consequências profissionais e levar a perder as fontes.»

Só a análise casuística permite entender o significado das fugas. Tomemos, por hipótese, as críticas à Imprensa do director da CIA, William Casey. Incidiam sobre a publicação de notícias segundo as quais os serviços secretos americanos tinham interceptado comunicações entre Trípoli e Berlim-Leste, que permitiram detectar o envolvimento líbio em actos de terrorismo. Casey considerou que a publicação dessas informações tornaria mais difíceis futuras intercepções.²⁵

«O argumento não me parece muito convincente», comentou John Darnton, do *New York Times*. «Toda a gente sabe que as comunicações são interceptadas, mas nem sequer publicámos nenhuma mensagem», acentuou.

Darnton reconhece que «ninguém oferece informação a quem a procura sem ter uma razão para o fazer». Qual o motivo, neste caso das mensagens líbias? Certa Imprensa americana admitiu que os funcionários divulgaram esses dados aos jornais por desejarem dissuadir os líbios de organizarem mais atentados.²⁶

Nestas e noutras situações semelhantes, a Imprensa surge, quase invariavelmente, como bode expiatório de divergências internas da própria Administração.

«Isso não são notícias»

«Fui eu que recusei a publicação no *New York Times* de uma entrevista com Mohammed Abul Abbas», disse-nos Warren Hogge, responsável pelo noticiário internacional do jornal. O jovem *foreign editor* do *Times* novaiorquino, ex-correspondente no Rio de Janeiro, fez questão em assumir a sua responsabilidade pessoal nessa decisão. O tema suscitou grande controvérsia porque a cadeia de televisão NBC emitiu uma entrevista com Abbas. O ataque à NBC, veiculado através dos outros *media*, assumiu foros de grande violência verbal. A estação foi acusada de ter concedido tempo de antena ao terrorismo.²⁷

Abul Abbas – convém acentuar preenche todos os requisitos para personificar o terrorismo perante a opinião pública americana: é acusado de ter planificado o desvio do navio italiano Achille Lauro e de ser responsável pelo assassinio de um passageiro de nacionalidade norte-americana. Isso ajuda a entender o tom emocional das críticas à NBC.

«Havia uma razão jornalística para recusar a entrevista, independentemente das questões de fundo», defende Warren Hogge. «A principal questão noticiosa que se colocava, nessa altura, acerca de Abul Abbas consistia em saber onde se encontrava. Ora, a publicação da entrevista dependia de aceitarmos a condição de ser omitido o lugar onde fora concedida. Afinal, estavam a dizer-me, a mim, como editor; que não podia publicar o *lead* da reportagem. Só podia publicar o resto.»

«Considerarei isso inaceitável. Interessava-me mais saber onde estava Abul Abbas do que aquilo que ele próprio iria dizer», argumenta Hogge. «Diversos governos estavam à sua procura por todo o mundo. A notícia consistia em saber onde estava. Era jornalisticamente inaceitável concordar em falar com ele, assumindo o compromisso de não dizer onde fora concedida a entrevista.»

Warren Hogge não se escusa a abordar a questão sob outro prisma, que remete, afinal, para o debate terrorismo vs. informação. Hogge expõe a sua perspectiva sem subterfúgios.

«Que espécie de compromissos se podem estabelecer com um suspeito de assassinio? Que credibilidade tem o que ele irá dizer? No caso de Abbas, sabíamos como iria aproveitar a oportunidade e que tipo de ataques faria aos governos, porque

havia o precedente da NBC. Estaríamos, essencialmente, a oferecer-lhe uma tribuna. Isso não são notícias».

John Darnton, número dois do departamento internacional do *New York Times*, apoia, naturalmente, a posição do seu jornal. Invoca, tal como Hogge, o argumento do lugar onde: «O nosso correspondente não tinha sido previamente informado de que não podia revelar o local da entrevista. Isso não lhe fora dito antes, mas durante a própria entrevista». Aliás, segundo Darnton, «a decisão foi facilitada porque havia muito poucos elementos informativos na entrevista».

O antigo correspondente em Madrid do *Times* novaiorquino discorda da atitude adoptada pela NBC, porque considera «perigoso aceitar certo tipo de limitações quanto à forma de publicação de entrevistas».

«Se as pessoas querem dar entrevistas, devem desistir de colocar condições prévias que limitem as questões que podem ser abordadas», concluiu Darnton.

É interessante notar que, no interior da própria comunidade jornalística norte-americana, não existe consenso a este respeito. A entrevista que, mais tarde, nos concedeu Spencer Klaw, director da *Columbia Journalism Review*, revela um ponto de vista diametralmente oposto.

Klaw, que nos falou a título pessoal, considera que «a NBC teve toda a razão em emitir a entrevista», até porque «é importante conhecermos a opinião do inimigo». O director da revista da Universidade de Colômbia resume assim a sua posição:

«Há muita hipocrisia quando se justifica a não publicação com a impossibilidade de indicar o local onde a entrevista foi efectuada. Quando os jornais publicam entrevistas com líderes revolucionários da guerrilha é normal escreverem «algures na Guatemala», ou onde quer que seja. Neste caso, Abbas não queria mencionar o sítio onde concedeu a entrevista, não porque receasse ser capturado, mas para não embaraçar o país de acolhimento. É irónico: o argumento principal é que Abul Abbas é um criminoso procurado pela justiça, logo a NBC, ao entrevistá-lo sem permitir que o prendessem, seria cúmplice do crime; mas ninguém se teria queixado se o texto contivesse a menção algures na Tunísia ou algures na Líbia».

Klaw admite que muitos dos seus colegas na *Columbia Journalism Review* discordam da sua perspectiva, mas reafirma, secamente, que «os jornais não são polícias e, frequentemente, entrevistam criminosos procurados pelas polícias».

Jornalista com longos anos de experiência – recorda-nos que começou a carreira profissional ao tempo de Franklin D. Roosevelt – Spencer Klaw interpela-nos com

bom-senso mesclado de humor:

«Olhe: os meus amigos e colegas discordam da minha perspectiva em questões como a entrevista com Abbas. No entanto, eles são pessoas razoáveis, porventura mais razoáveis do que eu próprio. É um problema ético complexo, mas, a dado momento, alguém tem de decidir se publica ou não ... »

O tema terrorismo vs. informação suscita grande controvérsia. Reconhece-se que o terrorismo precisa da comunicação social, procura utilizá-la, tenta manipulá-la. Noticiar actos de terrorismo – argumenta-se – é ser cúmplice dos terroristas. Será?

John Darnton comenta: «Não há dúvida de que a publicidade é o grande objectivo do terrorismo. Não faria sentido destruir um avião se o mundo não tivesse conhecimento disso. Seria um acto irracional. Mas o terrorismo é racional e planificado. Tem o seu objectivo bem definido. Num certo sentido, a Imprensa torna-se cúmplice quando relata os actos terroristas, mas, por outro lado, é evidente que eles têm de ser noticiados. Não se pode suprimir esses acontecimentos. Há que colocá-los no seu contexto e procurar compreender as razões que se encontram por detrás. E não optar pelos grandes títulos ... »

«Sei que não é uma resposta satisfatória, mas eu próprio não resolvi completamente o dilema ... », confessa John Darnton.

Tão pouco se nos afigura que os *media* americanos tenham resolvido a questão, mas a resposta consensual encaminha-se num sentido que passa pela rejeição simultânea, por um lado, de quaisquer medidas censórias de imposição governamental e, por outro lado, de um liberalismo sem fronteiras que não tenha em conta a natureza do fenómeno terrorista.²⁸

Os jornalistas, de um modo geral, não aceitam que o terrorismo armado sirva de pretexto a formas de terrorismo verbal exercidas contra os *media*. É inaceitável classificar o sequestro dos passageiros do avião da TWA, no ano passado, em Beirute, como «drama dos reféns co-produzido pela televisão e pelos terroristas», como fez um colunista da Time²⁹; mas é correcto alertar os directores das cadeias de televisão para os riscos de uma política informativa determinada apenas pela lógica do espectáculo e do mercado das audiências.

Jogar a opinião pública contra os *media*

Franklin D. Roosevelt e Ronald Reagan. Há quem – como Alexander Haig – compare a hostilidade que a Imprensa lhes votava no início dos seus primeiros mandatos, mas

essa oposição não era da mesma natureza. Opunham-se a Roosevelt os patrões da Imprensa; a Reagan opõem-se, sobretudo, os jornalistas.

Spencer Klaw desenvolve esse ponto de vista: «Roosevelt conseguia manipular a Imprensa com base na camaradagem e na amizade (*inside a friendship basis*). Kennedy procedia do mesmo modo. Reagan não pode seguir o seu exemplo, porque só uma minoria dos jornalistas simpatiza com as suas teses conservadoras. Por isso a Administração Reagan se coloca numa atitude polémica perante a Imprensa».

Esta análise veio a propósito do violento ataque da Casa Branca à cadeia de televisão ABC, por esta ter concedido oito minutos ao jornalista soviético Vladimir Posner, para comentar um discurso do presidente.

A Administração pronunciou-se, em termos enérgicos, através de uma carta dirigida à ABC pelo director de comunicações da Casa Branca, Patrick J. Buchannan, que comparou a intervenção do jornalista soviético à presença de um nazi aos microfones da BBC, após um discurso de Churchill. O presidente da ABC News apresentou, mais tarde, desculpas a Ronald Reagan, considerando que a estação cometera um erro.

Nem todos concordam com a autocrítica da ABC. A *Columbia Journalism Review*, pelo seu lado, tomou posição contra a declaração do porta-voz da Casa Branca.³⁰ Spencer Klaw diz-nos que «a decisão da ABC, ao conceder oito minutos a Posner, pode ter sido errada, mas que isso não é assunto do Governo. Os conselheiros de Reagan não pensaram que os interesses americanos foram prejudicados por terem sido concedidos oito minutos, em vez de dois, ao comentarista soviético. Viram nisso a oportunidade de marcar pontos contra os *media*».

Klaw recorda que isso aconteceu com todas as administrações: «Quando eu estava a começar no jornalismo, Franklin Roosevelt entregou publicamente a cruz de ferro alemã a um repórter americano, porque o seu jornal tinha publicado uma notícia que nos era prejudicial, sobre os nossos meios para decifrar certos códigos».

Ressalva, no entanto, que o grau de hostilidade do Governo em relação à Imprensa variou consoante os presidentes: «Nixon foi muito agressivo. Ford e Carter foram mais moderados. A Administração Reagan, talvez encorajada pela sua popularidade e influenciada por certas perspectivas ideológicas, retomou o tipo de oposição que Spiro Agnew fez à Imprensa».

No mesmo sentido se pronunciou John Darnton: «Isso não é novo. Começou com Agnew. É um método excelente: apelar directamente para o povo americano, não só à imagem da Imprensa, mas contra a Imprensa».

Os discursos de Spiro Agnew, vice-presidente de Nixon, constituíram um facto histórico do jornalismo norte-americano. Na alocução proferida em Des Moines, a 13 de Novembro de 1969, Agnew defendeu a política de Nixon no Vietname, através do mais violento ataque presidencial aos *media* da história recente dos Estados Unidos. As suas críticas visavam, essencialmente, as grandes cadeias de televisão, CBS, NBC e ABC, bem como, em segunda linha, os diários *Washington Post* e *New York Times*, acusados de serem dirigidos por uma *élite* não representativa, não eleita, mas muito bem remunerada.

Recordemos as suas palavras:

«Como é que são seleccionadas as notícias transmitidas pelas cadeias de televisão? Um pequeno grupo de pessoas que não chega a ultrapassar uma dúzia, talvez, de directores, comentaristas e produtores dominam os cerca de 20 minutos de telejornal, com o objectivo de atingirem o público. Essa selecção é feita de entre os 90 a 180 minutos que podem ser colocados à sua disposição. A sua possibilidade de escolha é vasta.

Eles decidem o que 40 ou 50 milhões de americanos vão saber dos acontecimentos do dia, na nação e no mundo.

(...) Que sabem os americanos acerca dos homens que detêm esse poder? Quanto aos homens que produzem e dirigem os noticiários, veiculados pelas cadeias de televisão, a nação praticamente nada sabe. Dos comentadores, a maioria dos americanos pouco conhece, além da sua presença cordial, inspiradora de confiança, por aparentarem estar bem informados sobre todo e qualquer assunto importante.

Sabemos que, à excepção de um deles, estes comentaristas e produtores vivem e trabalham na área geográfica e intelectual de Washington DC e de Nova Iorque (...)

(...) O povo americano não toleraria, e muito justamente, tamanha concentração de poderes nas mãos do Governo.

Não será sério e importante pôr em causa a sua concentração nas mãos de um grupo reduzido, fechado, de privilegiados, que não foram eleitos por ninguém e que gozam de um monopólio sancionado e homologado pelo Governo?

As opiniões deste grupo (...) não representam as opiniões da América».³¹

O principal mérito do discurso de Spiro Agnew foi o de combinar, habilmente, a análise sofisticada da comunicação social norte-americana com uma receita ideológica rudimentar e conservadora.

Agnew denunciava os monopólios, não por serem monopólios, mas por serem

«liberais» (na acepção americana do termo); criticava as *élites* de Nova Iorque e Washington, não por serem *élites*, mas por não serem conservadoras; prevenia contra o risco de censura pelas minorias, mas reivindicava, nas entrelinhas, a censura às críticas ao Presidente.

Sem poderes jurídicos para interferir na orientação ideológica dos *media*, a Administração Nixon ensaiou, desse modo, uma forma de pressão através do apelo à opinião pública conservadora da América das pequenas cidades e das áreas rurais contra a América «liberal», cosmopolita e universitária que, na versão oficiosa, controlava as cadeias de televisão sediadas na ilha de Manhattan.³²

A velha prédica de Agnew – ou pelo menos a sua estratégia anti-*media* ganhou, de novo, actualidade. Em 1969, aliás, Spiro Agnew limitou-se a adaptar e ler o discurso. Quem o escreveu chama-se Patrick J. Buchanan, escritor-fantasma preferido por Nixon, ex-editorialista de um jornal de St. Louis³³ (não há como os jornalistas para criticarem, ferozmente, os jornalistas!). Buchanan, entretanto, voltou. É hoje, como já referimos, director de comunicações da Presidência.

Não admira que a *Newsweek* tenha titulado, semanas atrás, «Nixon's back». Não voltou, nem voltará à Presidência, mas os fantasmas do seu tempo vagueiam pela Casa Branca e o espírito de Agnew paira sobre os *media* norte-americanos.

A força de Reagan, em matéria de opinião pública, não logrará ilibar, *a posteriori*, os abusos de poder que obrigaram Nixon a renunciar, mas o simulacro da sua reabilitação constitui, talvez, a maior prova de força da direita americana. O ataque aos *media* integra-se no mesmo cenário, na mesma operação de apagamento da memória do Watergate e do Vietname.

Crise de credibilidade: realidade ou simulação?

Nixon e Reagan. A inspiração ideológica comum aproxima as duas administrações, embora Nixon tenha confessado que se sente um moderado, uma «pomba», perante certos «falcões» da actualidade; as figuras nos bastidores – Buchanan e outros – são, por vezes, as mesmas; mas a realidade da América de Reagan é outra, radicalmente diversa. Republicanos ou democratas, conservadores ou «liberais»; os americanos consideram, de uma maneira geral, que Reagan reconstruiu a imagem interna e externa dos Estados Unidos. A memória das derrotas no Vietname e da humilhação no Irão é cada vez mais remota.

«É fácil, nestas condições, separar o público da Imprensa», diz-nos Bernard Lefkowitz,

professor em Columbia. «Temos uma Administração popular, que não está envolvida em guerras no exterior, nem em depressões económicas internas. O Presidente aposta no discurso do patriotismo.»

Transformou-se o ambiente político nos Estados Unidos. Mudou também pelo menos, parece ter mudado – a relação entre a opinião pública e os *media*. Ao prestígio da era pós-Watergate sucedeu o discurso da crise de credibilidade. Realidade inegável ou simulação útil ao poder?

As opiniões divergem entre os jornalistas e professores de jornalismo.

Warren Hogge, do *New York Times*, declarou-nos que «não há crise, mas sim polémica, debate». Existe, sobretudo, em sua opinião, um *parti-pris* contra a Imprensa em certos meios políticos, empresariais e técnicos. «Não gostam da Imprensa. Acham que sabem mais do que nós e não gostam que as outras pessoas expressem a sua opinião. Isso torna-os muito susceptíveis. A Imprensa perturba e traz, frequentemente, as informações indesejáveis».

O seu colega John Darnton é menos categórico. Admite que «a confiança do público nos *media* parece estar em declínio» e refere uma série de sondagens de opinião em que diversas profissões são apreciadas em termos da confiança que inspiram. «Os jornalistas são colocados abaixo dos membros do Congresso, o que é um péssimo estado de coisas», considera.

Darnton sustenta que «isso tem a ver, em boa parte, com o jornalismo televisivo, que é muito diferente do jornalismo escrito; a cobertura de certos acontecimentos pela TV, sendo muito dramática e sensacionalista, contribuiu para destruir a confiança nos *media*».

Depois dos anos de prestígio que se seguiram à publicação dos Documentos do Pentágono e ao caso Watergate, prossegue o nosso interlocutor, «muitos americanos recearam que a Imprensa estivesse demasiado forte e arrogante, bem como excessivamente parcial em certos domínios». Darnton sublinha que não crê que «isso tenha acontecido», mas «criou-se esse sentimento generalizado».

Em que ficamos: crise ou simulação?

Há, sem dúvida, erros cometidos pelos *media*, que são, mais tarde, jogados contra os *media*. Mas há mais do que isso: se a crise é, sobretudo, a consciência da crise, então ela, de facto, existe. E, habilmente empolada pela estratégia da Administração e das grandes empresas, repercute-se no quotidiano das redacções e dos jornalistas.

Spencer Klaw é muito incisivo e cortante:

«Não acredito nisso. Os jornais têm sido amedrontados pelo discurso sobre a falta de credibilidade e pela grande vaga de conservadorismo. É uma má situação. Pode haver pessoas inibidas no interior das empresas jornalísticas.»

«Não creio que muita gente acredite na tese segundo a qual a Imprensa é muito radical e anti-americana», comenta Klaw. «A crítica à Imprensa pode aproveitar as suas fraquezas, mas tem a ver, essencialmente, com o facto de ser incómoda para o Governo».

Efeitos visíveis desse condicionamento dos *media* através do discurso sobre a crise de credibilidade?

Aparentemente, se tivermos como ponto de referência as décadas de sessenta e setenta, o conformismo é, agora, maior.

A versão de Lefkowitz é impiedosa: «Não acredite na existência de uma relação de oposição (*adversarial relationship*) entre a Imprensa e o poder nos Estados Unidos, como por vezes é descrita. Não acredite que a Imprensa é o adversário natural do poder. A história demonstra que, nos Estados Unidos, a Imprensa é um parceiro dos outros poderes e sente-se muito confortável quando assume o papel de reflectir os pontos de vista do Governo federal ou local.

Creio que essa tendência se acentuou na última década. Veja o *New York Times* e muitos outros jornais. Assumir uma perspectiva de oposição e criticar, com veemência, o poder, pode acarretar consequências profissionais negativas e levar a perder a confiança das fontes. As vozes críticas só emergem quando os problemas se tornam muito evidentes e é impossível ignorá-los. Tenho bons amigos que «cobriram» a Casa Branca e que me asseguram ser quase impossível publicar críticas severas e imparciais. O *Washington Post* é uma excepção, mas, de uma maneira geral, não é fácil criticar esta Administração, que dispõe de grande apoio popular. Quem se colocar contra ela, arrisca-se a desequilibrar a balança do sucesso profissional».

Poderá dizer-se que existe uma tendência geral nos *media* para inflectirem a sua orientação rumo a uma tónica mais conservadora? O *New York Times*, por exemplo, estará a «virar à direita»?

Spencer Klaw responde-nos: «Rosenthal, o executive editor do *New York Times*, diz que o lugar do seu jornal é ao centro e que está a restabelecer o equilíbrio. Ora, se o Times pretende situar-se ao centro e vê o centro a deslocar-se para a direita, então somos forçados a concluir que está a desviar-se para a direita ... »

Jornalismo investigativo «fora de moda»

Há um clima diferente. Não há tanto jornalismo investigativo. «Está fora de moda». As palavras são, novamente, de John Darnton, mas deixam suspensas outras perguntas, pedem outras respostas. Porquê esse declínio do jornalismo investigativo? «*It come from the mood of the country*», considera o nosso entrevistado. Ou seja, numa versão muito livre: tem a ver com estado de espírito do país.

Darnton não estabelece qualquer relação de causa e efeito entre a chegada ao poder da Administração Reagan e a diminuição desse tipo de prática jornalística que, depois do Watergate, atraiu milhares de jovens às escolas de jornalismo americanas.

O desinteresse pelo jornalismo investigativo parte dos directores ou dos próprios jornalistas? «São os directores que decidem o tipo de cobertura que pretendem. Os repórteres investigativos continuam. Não mudaram. A confiança do público talvez tenha diminuído, mas há-de ser reconquistada. O jornalismo investigativo voltará», sustenta John Darnton.

Quais os motivos dessa desconfiança?

A sondagem efectuada, no ano passado, pela Sociedade Americana de Directores de Jornais ajudou a esclarecer a dúvida. Trata-se de um inquérito realizado, à escala nacional dos Estados Unidos, em duas fases. Numa primeira fase, inquérito telefónico a 1600 pessoas. Numa segunda fase, questionário escrito a que responderam 1002 pessoas, seguido de novas entrevistas pelo telefone. A sondagem incluía 284 perguntas.³⁴

Os resultados obtidos, nesta área específica, são bastante contraditórios. A maioria dos inquiridos entende que o jornalismo investigativo é «muito importante», mas reprova, categoricamente, os métodos utilizados pelos repórteres nas investigações, tais como o recurso a fontes não identificadas; a utilização de informadores pagos; a gravação de conversas sem que as pessoas tenham sido previamente avisadas disso; o disfarce do jornalista, que se apresenta sob outra qualificação ou, pelo menos, esconde a sua profissão; o uso de câmaras camufladas e outros «truques» importados da experiência dos fiscais de impostos ou dos agentes da polícia. «Os fins não justificam os meios», disse um dos entrevistados, resumindo o sentimento geral expresso na sondagem.

Esta situação contrasta com o culto do jornalismo investigativo que dominou os meios da Imprensa após o Watergate. Nessa altura, generalizou-se a ideia de que o êxito profissional pressupõe a procura de situações escandalosas e a realização de investigações para-policiais. Em linguagem anti-*media*, dizia-se que os jornalistas

andavam «à procura de vítimas» ou tinham «sede de sangue».

Aos êxitos jornalísticos sucederam as desgraças jornalísticas. A mais flagrante foi a atribuição do Prémio Pulitzer a uma reportagem de Janet Cook que, mais tarde, a própria autora confessou ter sido forjada. A personagem central, uma criança de oito anos consumidora de heroína, não existia, era pura ficção. Local de publicação do texto: *Washington Post*.

Michael Daly, repórter do *Daily News*, inventou o nome de um soldado inglês que teria morto uma criança nas ruas de Belfast.

Christopher James, jornalista *free-lance*, publicou no *New York Times* uma reportagem supostamente enviada do Cambodja, mas, em boa verdade, escrita na sua casa em Espanha, com a ajuda de textos literários de André Malraux.

A Imprensa que forçara à renúncia o Presidente dos Estados Unidos também era capaz destas vilanias. Janet Cook e Michael Daly foram despedidos, respectivamente, do *Washington Post* e do *Daily News*; Christopher James foi impedido de voltar a colaborar no *New York Times*; mas isso não resolveu o problema, nem anulou o descrédito que o seu procedimento lançou sobre jornais e jornalistas.

Os casos levados a tribunal também revelaram e favoreceram a tendência para o desprestígio da Imprensa. A *Time* noticiou, recentemente, que, entre 1976 e 1983, os júris decidiram contra os *media* em 85 por cento dos julgamentos efectuados nesse período (total: 106 casos).³⁵

Merece destaque, pelo desprestígio que acarretou para a comunicação social, o processo movido pelo general Westmoreland contra a CBS. A cadeia de televisão veio a ser absolvida em tribunal, mas admitiu publicamente que os seus jornalistas adoptaram procedimentos eticamente condenáveis em diversas fases da elaboração do programa.

A estação de televisão acusara o general de ter participado num *complot* para ocultar ao presidente Johnson a verdadeira força do «inimigo» durante a guerra do Vietname. Através de um inquérito interno, a própria CBS concluiu, não só que a acusação de *complot* era inexacta, mas também que os seus jornalistas tinham omitido material e truncado declarações favoráveis a Westmoreland. A reportagem fora, em suma, conduzida de forma parcial e atentatória das normas de deontologia.³⁶

John Darnton sintetizou-nos, deste modo, a sua visão do caso Westmoreland *versus* CBS:

«A CBS ganhou a batalha, mas perdeu a guerra. Esse caso também contribuiu para

um juízo negativo do público sobre os *media*, mas, por outro lado, pode ter efeito positivo, na medida em que permita corrigir certas práticas negativas do jornalismo electrónico.»

Jornalismo electrónico? Televisão? Será que a crise de credibilidade se resume à crise do audiovisual? «Sim, creio que tem a ver, em boa parte, com o jornalismo televisivo que é muito diferente do jornalismo escrito», considera Darnton. «A cobertura pela TV de certos acontecimentos contribuiu para pôr em causa a confiança, porque é muito dramática e sensacionalista.»

Exemplos dessa dramatização, associada ao desrespeito pela privacidade de cidadãos comuns? O mais citado, porque objecto de indignados protestos, é o que se relaciona com a cobertura do modo como as notícias dos mortos em operações militares são recebidas pelas famílias. Situação semelhante se tem registado com a procura de efeitos dramáticos junto dos familiares de reféns em casos de terrorismo.

Isso explica a tendência dos jornalistas da imprensa escrita para se distanciarem dos processos «espectaculares» dos seus colegas da televisão.

Há mesmo quem sugira que os jornalistas deixem de usar a palavra *media* em benefício da tradicional referência à Imprensa.

É o caso de Stanley Cloud, director do *Los Angeles Herald Examiner*, que propôs aos leitores de *The Bulletin*, órgão da Sociedade Americana de Directores de Jornais, o saneamento da palavra *media* do vocabulário corrente dos jornalistas da imprensa escrita:

«A gradual substituição da expressão Imprensa por *media* tem tido o efeito de atenuar e, ultimamente, quase eliminar as distinções entre os diferentes produtores de notícias. Ao aceitarmos o uso da palavra *media*, fazemos o jogo dos que se disfarçam de jornalistas sérios e responsáveis.»³⁷

O jornalismo de televisão é, nesta óptica, uma forma de *show-business*.

Walter Conkrite, porventura o mais célebre jornalista da TV norte-americana, disse, a propósito de alguns dos seus colegas mais jovens, que «se a televisão não existisse, eles estariam a representar»³⁸. Na Broadway, por hipótese.

«Aquilo a que a Televisão chama notícias é, de facto, uma mistura de notícias, análises, opinião e especulação», escreveu outro director de jornal, Creed C. Black.³⁹

Esta teoria, certa ou errada, não encontra tradução suficientemente nítida em termos de opinião pública, pelo menos ao que se deduz das sondagens. Jornais e televisão são encarados como irmãos siameses pelos cidadãos norte-americanos. No que se

refere à credibilidade, padrões éticos, qualidade de cobertura jornalística, a distinção estabelecida pelo grande público não parece muito significativa, nem reflecte as análises dos especialistas que tendem a sublinhar a natureza distinta do jornalismo escrito e audiovisual.

Quando os cidadãos inquiridos na sondagem acima referida se pronunciaram acerca da confiança que depositam nas pessoas que dirigem dez instituições dos Estados Unidos, classificaram os jornais em sexto lugar, a Imprensa, no seu conjunto, em oitavo e a televisão em nono. O Congresso ficou em sétimo lugar, portanto abaixo dos jornais.

Nas diversas questões relativas à credibilidade regista-se ligeira vantagem do jornalismo escrito, mas os inquiridos consideram que os apresentadores de televisão e os jornalistas de televisão dão mais garantias, no que se refere a padrões éticos, do que os directores e jornalistas da imprensa escrita. Contradição? Talvez, mas explicável pela ilusão de contacto directo e pessoal entre telespectadores e telejornalistas.

No entanto, em matéria de respeito pela intimidade da vida privada a imagem dos jornais é menos negativa. Note-se que 40 por cento dos entrevistados consideram que os telejornais desrespeitam a privacidade dos cidadãos e só 24 por cento entendem que a respeitam.

Crise tem nome de ilha

A questão da credibilidade da Imprensa americana teve, quiçá no momento mais crítico, nome de ilha: ilha de Granada, no mar das Caraíbas.

Para os jornalistas americanos a invasão de Granada, ocorrida a 25 de Outubro de 1983, foi sinónimo de dupla humilhação: primeiro, porque, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, o Departamento de Defesa impediu os jornalistas de acompanharem uma operação militar desta envergadura; segundo, porque a opinião pública norte-americana, não só se mostrou indiferente à ausência dos jornalistas, como apoiou a conduta da Administração ao excluí-los, segundo as sondagens de opinião efectua das nessa ocasião.⁴⁰

«Esta Administração decidiu que não confia nos jornalistas para acompanharem militares em operações, o que contraria as mais antigas tradições deste país», disse-nos Warren Hogge. «Sentimo-nos atingidos por duvidarem do nosso patriotismo. Durante a Segunda Guerra Mundial, os correspondentes de guerra acompanhavam as

unidades militares e muitos deles morreram em combate», acentuou.

O seu colega John Darnton partilha dessa opinião:

«Houve três casos em que a Imprensa foi praticamente excluída de operações militares: Falklands, Granada e, agora, Líbia. Os jornalistas americanos ficaram espantados com o tratamento concedido, nas Falklands, aos seus colegas britânicos. Pensámos que isso nunca nos aconteceria, porque éramos muito arrogantes e seguros de nós, mas em Granada ainda foi pior, porque nem sequer nos pudemos deslocar à ilha. Ninguém esteve lá para informar o povo americano acerca do que aconteceu. O mesmo se verificou nos *raids* da Líbia».

Quase se pode dizer que desde a fundação da nação americana se discute qual a melhor forma de conciliar a liberdade de imprensa com a segurança nacional, designadamente em tempo de operações militares. Guerra hispano-americana; guerra de 1914-18; guerra de 1939-45; Coreia, Baía dos Porcos; Vietname; Irão; Líbano; Granada; Líbia a experiência norte-americana é vasta neste domínio.

Acontece, no entanto, que os modelos de relacionamento do poder político e dos militares com a informação em situações clássicas de guerra declarada não são directamente aplicáveis a conflitos como os que se vivem no Médio Oriente ou na América Central. Nesse aspecto, Granada representou o anti-Vietname. Por outras palavras: se, na versão redutora e primária de certos estrategistas, o Vietname foi uma guerra perdida nos ecrãs da televisão norte-americana, Granada significou, ao menos nos primeiros três dias após a invasão, o paraíso de há muito sonhado pelos militares: a guerra sem a presença incómoda dos jornalistas.

A reacção inicial da opinião pública norte-americana foi de duplo aplauso: aplauso ao sucesso e ao *timing* da operação; aplauso à ausência de jornalistas encarados como empecilho à plena eficácia militar. Uma coisa esteve ligada à outra. William Schneider, do American Enterprise Institute, escreveu a esse respeito que «não se tratou tanto de uma reacção anti-Imprensa como de uma reacção pró-Governo».⁴¹

É curioso, aliás, registar que a mesma opinião pública americana «não internacionalista» (conceito mais flexível e mitigado do que a clássica expressão «isolacionista») que se opõe ou, pelo menos, encara com as maiores reservas projectos intervencionistas relativos a S. Salvador ou à Nicarágua, em função do receio de envolvimento prolongado susceptíveis de degenerar em novos Vietname, deu o seu aval, quase entusiástico, a esta operação Granada, seduzida pela sua eficiência e rapidez.

O factor tempo veio reequilibrar a balança e repor a sensatez. Enid Schoetle,

especialista de assuntos internacionais, explica:

«Na altura houve concordância com a ausência dos jornalistas, mas, posteriormente, desencadeou-se um grande debate sobre as restrições impostas por Weinberger. O apoio público a essas restrições diminuiu com o decurso do tempo, à medida que se foi tomando conhecimento de que certos aspectos da operação correram mal e teria sido preferível que tivessem sido divulgados anteriormente».

Com efeito, três meses depois da invasão de Granada, as sondagens revelaram que a opinião pública já mudara de atitude e condenava a exclusão dos homens da Imprensa.⁴²

Enid Schoetle comenta:

«É difícil fazer um juízo sobre o momento, sem dispor de uma perspectiva a longo prazo do que possa, efectivamente, corresponder ao interesse nacional. Repare no caso dos Documentos do Pentágono. Nessa altura, muitas pessoas da Administração disseram que essas fugas de informação estavam a pôr em risco a vida dos nossos jovens e bravos soldados no Vietname, mas a sua publicação veio a revelar-se um grande contributo, sob o ponto de vista da defesa nacional, a fim de sabermos se deveríamos ou não ter participado nessa guerra. Por vezes, é uma questão de tempo... »

No caso de Granada, o tempo veio espalhar sombras e interrogações sobre a imagem que, de início, se afigurava nítida, clara e sem mácula. Certas dúvidas ficaram por esclarecer, em termos públicos, como seja a necessidade de combates contra os cubanos estacionados na ilha; certas informações militares incorrectas só foram rectificadas após apreciável lapso de tempo, como seja o número de mortos resultante do bombardeamento accidental de um estabelecimento hospitalar. Os jornalistas não estiveram lá.

No caso do *raid* à Líbia o balanço é semelhante. Palavras de John Damton: «Agora começa a saber-se que muitas bombas explodiram em zonas civis ou não atingiram os alvos e que parte dos aviões não funcionaram em boas condições. Todas estas informações vitais para uma democracia só vieram a público semanas ou meses depois, porque não havia ninguém no local que o pudesse relatar».

«Em ambos os casos, Granada e Líbia, descobrimos, depois, que as operações não foram tão bem sucedidas como os militares disseram. A Administração Reagan põe em dúvida o patriotismo da Imprensa e o resultado disso é uma atitude deliberada de excluir os jornalistas de acções militares. Nós temos o mesmo tipo de preocupação do Governo com a segurança nacional dos Estados Unidos. Creio que podemos distinguir

aquilo que pode realmente afectar a segurança nacional das falsas invocações do conceito».

Os responsáveis pelos *media* norte-americanos não citam o precedente de qualquer decisão de tribunal que lhes confira o direito de acesso às operações militares das forças armadas dos EUA, em nome da Constituição (First Amendment), mas alegam que, ao longo da história americana, se afirmou uma tradição («*a strong and clear tradition*») de cobertura das acções armadas pela Imprensa.

A tese dominante entre administradores e directores de jornais é que, no caso de Granada, os jornalistas poderiam ter desembarcado a seguir à tomada do aeroporto. Numa «declaração de princípios sobre o acesso da Imprensa a operações militares», subscrita pelas principais organizações profissionais ligadas à Imprensa escrita e audiovisual e pelas agências noticiosas, afirma-se que a exclusão dos jornalistas só é aceitável em casos excepcionais de operações relâmpago de comandos, até porque existem diversas medidas restritivas intermédias e menos drásticas.⁴³

Nessa perspectiva, seria compreensível a ausência dos jornalistas numa missão como a tentativa de libertação dos reféns de Teerão, ao tempo do presidente Carter, mas não se aceita a proibição do acesso da Imprensa à ilha de Granada.

É certo que, no caso da Líbia, as reacções dos jornais foram moderadas, talvez devido às diferentes características da operação. «Houve um protesto de alguns jornais, incluindo o nosso, mas, no essencial, a Imprensa norte-americana tornou-se dócil», comenta John Darnton.

Essa aparente docilidade terá a ver com a anuência da opinião pública americana à política de Reagan nos casos de Granada e do *raid* líbio, mas não será também alheia ao discurso dominante anti-Imprensa e anti-jornalistas, sistematicamente qualificados de arrogantes, cépticos e anti-patriotas. Na sondagem, já mencionada, da Sociedade Americana de Directores de Jornais, 62 por cento dos inquiridos consideram patriótico o seu jornal diário e 55 por cento os noticiários da televisão, mas 13 por cento, no caso do diário, e 15 por cento, em relação à televisão, qualificam-nos de não patrióticos, enquanto 25 e 30 por cento, respectivamente para os jornais e para a televisão, não emitem opinião.

Digamos, enfim, que Granada é nome a reter no contexto da crise de credibilidade e seus desenvolvimentos. Porque Granada, se e quando novas Granadas houver, é o modelo que, não obstante as promessas em sentido contrário, ameaça repetir-se.

Granada é o anti-Vietname na política de defesa e na política de informação.

Do jornalista popular ao jornalista de *élite*

O modo como se processa, nos Estados Unidos, a crítica aos jornalistas, enquanto categoria profissional, contrasta com o que, nesse campo, se costuma dizer no nosso País.

Em Portugal, o ataque aos jornalistas passa por evidenciar a ausência de ensino da Comunicação Social (verificada até há cinco ou seis anos), a fluidez das carreiras, o baixo prestígio social da profissão ...

Nos Estados Unidos, o ataque aos jornalistas parte de pressupostos diametralmente opostos: os profissionais do jornalismo são apontados como uma *élite* proveniente das melhores escolas e universidades, separada dos interesses e gostos das camadas populares, equiparada à classe política em termos de estatuto social...⁴⁴

Esta situação irónica não impede que o fundamento político e ideológico da crítica tenha raízes comuns, como, por exemplo, o horror de certos corpos de *élite* (políticos, burocratas, gestores, militares e outros) a serem criticados, como se a competência de que dispõem nas áreas da sua especialidade os devesse imunizar aos mecanismos de fiscalização democrática, entre os quais se situa a liberdade de imprensa.

É um facto, no entanto, que o perfil popular do jornalista norte-americano dos anos vinte já não corresponde à realidade. «Décadas atrás, os leitores conheciam os jornalistas quase como trabalhadores *blue-collar*, que frequentavam bares populares e falavam com a gente comum», refere John Darnton. «Hoje muitos americanos pensam nos jornalistas como pessoas que frequentaram as universidades e estão separadas do país. Situam-se muito à esquerda (liberal) do resto da sociedade. Não sei se isso é correcto, mas há essa ideia».

Darnton relaciona este fenómeno de afastamento entre leitores e jornalistas com a diminuição do número de jornais nas grandes cidades dos Estados Unidos: «Já não há os mesmos sentimentos dos leitores em relação aos jornais. É difícil sentir afecto por um grande jornal urbano dos nossos dias, mas, 50 anos atrás, quando havia 11 ou 12 diários em Nova Iorque, as pessoas julgavam-se mais próximas dos seus jornais».

Até que ponto corresponde à realidade a acusação de que os jornalistas são um grupo de *élite*, esquerdista, afastado da população?

«Os jornalistas sempre foram mais à esquerda do que os proprietários e administradores dos *media*», sustenta Spencer Klaw. «Recordo-me de que, em 1936, o *staff* redactorial do *New York Herald Tribune*, apesar de o jornal ser republicano, protestou junto dos administradores contra o modo como estava a ser relatada a

campanha eleitoral, omitindo-se tudo o que respeitava a Roosevelt e empolando o que se referia ao seu adversário».

Reportando-se ainda à época do «New Deal», Klaw afirma que, sendo democrata, pensando até que Roosevelt não se situava suficientemente à esquerda, nunca as suas convicções afectaram o seu trabalho de repórter, que não apresentava diferenças substanciais em relação ao que produziam os seus colegas republicanos. «O campo de trabalho do repórter não lhe deixa muito espaço para opiniões pessoais. Não estamos a falar de colunas políticas, mas de trabalho noticioso», afirmou.

Por seu lado, Bernard Lefkowitz concorda com a tese da *élite* jornalística fechada sobre si própria, mas a sua análise situa-se nos antípodas da visão de Agnew e seus descendentes ideológicos:

«O jornalismo profissionalizou-se. Os jornalistas adquiriram melhor preparação académica, mas perderam o sentido da forma como as pessoas comuns vivem e sentem. Por isso faltam nos jornais as reportagens que possam reflectir a atitude das pessoas em relação às suas comunidades, empresas e sindicatos.

Esses temas raramente chegam aos jornais, porque os jornalistas não têm afinidade com esses meios. Preferem passar o tempo a falar com pessoas da Casa Branca ou do Departamento de Estado em vez de contactarem as pessoas da rua, com quem se sentem mal, porque existe um grande afastamento em termos de classe social.»

Quando lhe pedimos que cite assuntos que considera marginalizados pela Imprensa, Lefkowitz refere o tema do seu próximo livro: nos Estados Unidos, mais de um milhão e meio de jovens, entre os 12 e os 19 anos, abandonaram a família e a escola e passaram a viver nas ruas. No Brasil existe problema idêntico. «É uma grande tragédia, mas onde está a cobertura disso na Imprensa? Que me lembre saiu, por junto, uma reportagem no *New York Times* ... », conclui.

Quando começou a exercer a profissão, no início dos anos sessenta – recorda Lefkowitz -, muitos jornalistas tinham apenas o ensino secundário (*high school*), ou menos ... Isso era melhor para a profissão? «Sim e não», respondeu-nos. «Em certos aspectos, no que respeita a compreender e sentir o que se passa numa cidade ou numa comunidade, era melhor: no que se refere a abordar temas mais complexos, a analisar um mundo mais vasto, era pior».

Bernard Lefkowitz critica, quase diríamos apaixonadamente, o sistema de ensino do jornalismo nas universidades norte-americanas, incluindo o seu expoente máximo: a Faculdade de Jornalismo da Universidade de Columbia, onde ele próprio ensina. A sua perspectiva crítica começa na questão do acesso. Existe um pequeno número de

estudantes representativos das «minorias», mas as famílias pobres têm dificuldades em pagar aos filhos o ensino numa universidade como Columbia, que é uma das vias de ingresso nos grandes *media*. Isso ajuda a compreender que a diversidade da sociedade americana não se espelhe no conjunto dos jornalistas.

«A escola está demasiado virada para questões deste tipo: como se escreve um *lead*, como se prepara uma reportagem, como se conduz uma entrevista», afirma Lefkowitz. Em sua opinião, o sistema escolar concebe o jornalismo como ofício e não como espaço aberto ao debate de ideias. Nesse sentido, as escolas de jornalismo são, em seu entender, «*trade schools*», «guildas» no sentido medieval, limitadoramente profissionalizantes, em vez de desenvolverem o sentido crítico dos estudantes.

Lefkowitz desenvolve o seu ponto de vista:

«Quando iniciei a minha actividade jornalística, há 25 anos, parecia-me que o mais importante era encontrar o modo de exprimir a indignação que sentia pelas injustiças da sociedade americana. Não creio que a maior parte dos estudantes a quem ensinei na Universidade de Columbia, nos últimos seis anos, sintam a mesma indignação. Por sinal, este ano lectivo foi uma excepção, porque tive uma turma excepcional, mas nos outros anos foi uma experiência frustrante. A escola estimula o profissionalismo, não encoraja os estudantes a terem ideias próprias. Isso transforma o jornalismo numa ocupação rotineira e aborrecida.

Concordo com a existência de escolas de jornalismo, mas não creio que funcionem da melhor maneira. Os estudantes de jornalismo deveriam fazer estágios nas fábricas, nas empresas, nos departamentos governamentais, a fim de compreenderem como funciona a sociedade, como vivem as pessoas, como é utilizado o poder. Isso é mais importante do que aprender, em abstracto, como se escreve um bom *lead*. Escrever o *lead* pressupõe compreender o assunto. Não se escreve automaticamente. *There are no ways to teach maturity.* (A maturidade não se ensina...)»

Orgulho e remorso da Imprensa americana

As análises de Bernard Lefkowitz e Spencer Klaw testemunham que as críticas vigorosas ao jornalismo e aos jornalistas não partem apenas das áreas conservadoras. Também há desiludidos na área liberal.

As tentativas para demonstrar que os jornalistas norte-americanos, enquanto categoria profissional, se opõem aos valores defendidos pelo cidadão médio, constituem, regra geral, exercícios a que não são alheios preconceitos políticos e ideológicos. Admite-

se, de bom grado, que, nos Estados Unidos, como, por hipótese, na Europa Ocidental, os jornalistas, no seu conjunto, se situem mais à esquerda, no panorama político, do que os homens de negócios ou os gestores de empresas, mas isso não impediu que, ressalvadas as proporções dos casos em que estiveram envolvidos, a Imprensa americana tenha sido tão rigorosa com os liberais Edward Kennedy e George McGovern como o foi com Nixon e os demais implicados no Watergate.

Não é o liberal *outlook* dos jornalistas que está em causa, mas, talvez, a sua atitude de permanente vigilância em relação às instituições, a que alguém chamou «tendência anti-institucional dos *media*».

Mas isso não se afigura suficiente para explicar a crise da Imprensa. Que razões se apontam, então, para a crise de credibilidade dos *media* norte-americanos?

- No *domínio da política internacional*, a esperança na *détente* e no desenvolvimento económico, características dos anos '60 e do início da década de '70, cedeu lugar à confrontação e à crise económica dos anos '80. O crescendo do terrorismo organizado favoreceu o discurso do Estado forte e autoritário, fomentando a descrença ou, pelo menos, a relativização do valor das liberdades públicas, designadamente da liberdade de imprensa.
- No *plano da política interna e externa norte-americana*, a onda conservadora de Ronald Reagan veio exorcizar os fantasmas do Vietname e do Watergate e devolver aos cidadãos a confiança nos destinos da América, combatendo o cepticismo e a descrença atribuídos à Imprensa – essa Imprensa que atingiu o máximo do seu prestígio à custa da degradação do poder político simbolizado na guerra do Vietnam e no escândalo de Watergate.
- Na *área da comunicação social*, registaram-se estratégias paralelas de ataque aos *media* e ao jornalismo, enquanto profissão, por parte do poder político e económico.

A Imprensa digeriu mal, numa primeira fase, os grandes sucessos dos anos '70: o orgulho transformou-se em arrogância; a competição entre jornalistas e órgãos de informação sobrepôs-se aos valores éticos e aos princípios deontológicos; a lógica do mercado e do *show-business* prevaleceu, frequentemente, sobre o respeito pela intimidade da vida privada ou os legítimos interesses da comunidade.

A Imprensa reconverteu, numa segunda fase, o sucesso em remorso e o êxito em culpabilidade interiorizada; autoflagelou-se em nome dos presidentes derrubados e dos escândalos descobertos pelo jornalismo investigativo; aceitou, passivamente, a ideia de que o sucesso dos jornalistas se constrói, invariavelmente, à custa da ruína das instituições.

O discurso da crise de credibilidade equivale, por parte do poder político, à forma mais eficaz de submeter os *media* a uma pressão constante. Os estrategistas de Washington preferem uma imprensa moralmente abatida, vergada ao peso, real ou imaginário, dos seus pecados. Desse modo, não será posta em causa a confiança nas instituições que o reaganismo devolveu aos americanos. A melhor garantia do optimismo nacional é a descrença da Imprensa em si própria, estimulada pelo discurso da crise de credibilidade.

NOTAS

¹ Stephen Engelberg, *US Aides Said to Have Discussed Prosecuting News Organizations*, The New York Times, 22.5.1986.

² Jonathan Alter e Richard Sandza, *A Crackdown on Leaks – Casey Wrns the Press, but not the leakers*, Newsweek, 19.5.1986.

³ Eleanor Randolph, *Casey Asks Justice Department to Prosecute NBC News*, The Washington Post, 20.5.1986.

⁴ Cf. Philip Geyelin, *NBC: How to Protect a Terrorist*, The Washington Post, 19.5.1986.

⁵ *Sorry, Pat, sorry, Ron*, Columbia Journalism Review, Maio-Junho de 1986.

⁶ John M. Goshko, *Speech Writer at State Dept. Fired in Classified News Leak*, The Washington Post, 17.5.1986.

⁷ Ibidem.

⁸ Cf. James Reston, *The Plumber's Game*, The New York Times, 21.6.1986; Leslie H. Gelb, *All About Leaks*, The New York Times, 22.5.1986; Gerald M. Boyd, *White House Orders Broad Inquiry on Disclosure of Secrets*, The New York Times, 24.5.1986.

⁹ Citado por Philip Shanon, *CIA Weighs Action on Washington Post Article*, The New York Times, 22.5.1986.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Samuel G. Freedman, *Newspaper Cites Official Pressure*, The New York Times, 18.5.1986.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ David Halberstam, *The Powers that Be*, New York, Alfred A. Knopf, 1979, pp.517-520.

¹⁷ David Halberstam, op. cit., pp.577-478.

¹⁸ David Halberstam, op. cit., p.711.

¹⁹ David Halberstam, op. cit., p.578.

²⁰ Harrison E. Salisbury, *Without Fear or Favor An Uncompromising Look at The New York Times*, New York, Times Books, 1980, p.501-528.

²¹ Harrison E. Salisbury, op. cit., p.502.

²² A *Columbia Journalism Review*, editada pela Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, é a publicação especializada nesta área com maior influência nos Estados Unidos. Fundada nos anos sessenta, constitui, talvez, o principal espaço de reflexão crítica sobre o jornalismo norte-americano, sem menosprezo para revistas mais académicas como *Journalism*

Quarterly. No dizer de John L. Hulteng, professor de Comunicação Social na Universidade de Stanford, as publicações desta natureza, «especialmente a *Columbia Journalism Review*, têm um papel mais importante para o estabelecimento e a aplicação de padrões éticos no jornalismo do que todos os códigos já escritos.» (In *The News Media – What Makes Them Tick?*, New Jersey, Prentice-Hall, 1979, p.144.)

²³ Cf. Edward Jay Epstein, *Between Fad and Fiction: The Problem of Journalism*, New York, Vintage Books, 1975.

²⁴ Alexander M. Haig Junior, *Caveat*, New York Publishing Company, 1984, p. 19.

²⁵ *CIA Director Requests Inquiry on NBC Report*, The New York Times, 20.5.1986.

²⁶ *A Crackdown on Leaks – Casey Warns the Press, but not the leakers*, Newsweek, 19.5.1986.

²⁷ Veja-se, por exemplo, a nota «*Letting Terrorists Call the Shots*», Newsweek, 19.5.1986.

²⁸ Nesse sentido se pronunciou Katharine Graham, ao usar da palavra, em Londres, perante a União dos Jornalistas de Língua Inglesa, em Dezembro de 1985. O semanário *O Jornal* publicou, na edição de 23.5.1986, uma adaptação dessa palestra.

²⁹ Charles Krauthammer, *Looking Devil Dead in the Eye*, Time, 15.7.1985.

³⁰ «Sorry, Pat, sorry, Ron», *Columbia Journalism Review*, Maio-Junho 1986.

³¹ Transcrição com base na versão publicada por Robert Burbage, Jean Cazemanju e André Kaspi em *Presse, Radio et Télévision aux Etats-Unis*, Paris, Armand Collin, 1972.

³² Cf. *America's Two Cultures* (entrevista com Theodore H. White) e *Beyond Agnewism*, artigo de Alfred Balk, in *Columbia Journalism Review*, Inverno de 1969-70.

³³ Cf. John William Tebbel, *The Media in America*, 1974 (Trad. brasileira: *Os Meios de Comunicação nos Estados Unidos*, São Paulo, Editora Cultrix, 1979, p. 446).

³⁴ *Newspaper Credibility – Building Reader Trust (An ASNE Research Report)*, Mineapolis, 1985.

³⁵ Cf. William A. Henry III et alia, *Journalism Under Fire*, Time, 12.1.1983.

³⁶ Cf. Karen Rothmyer, *Westmoreland v. CBS*, *Columbia Journalism Review*, Maio-Junho de 1985.

³⁷ Citado em «The Bulletin of the American Society of Newspaper Editors», Junho-Julho 1984, p. 8-9.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ William Schneider et alia, *The Military and the Media*, in *Essays on Strategy and Diplomacy (Number two)*, Riverside, The Keck Center for International Strategic Studies, 1984.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Cf. Herbert J. Gans, *Are U.S. Journalists Dangerously Liberal?*, *Columbia Journalism Review*, Novembro-Dezembro de 1985.